

VAQUEIROS, AGRICULTORES, ARTESÃOS: Origens do Trabalho Livre no Ceará Colonial

Maria Sylvia Porto Alegre

Este estudo procura analisar as origens do trabalho livre no sertão nordestino. Inicialmente, destacamos os aspectos mais relevantes da colonização pela pecuária e seu principal agente — o vaqueiro, no que diz respeito a essa problemática. A seguir, examinamos as mudanças advindas do cultivo do algodão em escala comercial, cujo principal resultado, do ponto de vista das relações de trabalho, é o surgimento do “parceiro”, elemento definidor do trabalho “livre”, isto é, não escravo, no complexo algodoeiro-pecuário.

Na segunda parte, analisamos a formação de uma indústria rural doméstica, que teve sua gênese no interior das fazendas, mercantilizando-se progressivamente e espalhando-se pelas vilas sertanejas, suas feiras e mercados. Os engenhos, casas de farinha, curtumes e olarias forneciam a infra-estrutura para a sobrevivência das populações do sertão. As artes e ofícios, responsáveis pelo fornecimento de bens de consumo diário e as manufaturas de algodão (panos, redes, bordados e labirintos) constituíam os dois outros setores do artesanato, que empregava em grande parte a mão-de-obra indígena, organizada e treinada pelos jesuítas em suas aldeias e controlada depois pela administração colonial.

Finalmente, tecemos breves considerações sobre a relação entre a expansão do trabalho livre e os modos de vida no sertão, onde a rusticidade dos costumes, a precariedade dos meios de subsistência e as dificuldades do cotidiano eram comuns a toda a população, na sua maioria pobre e livre.

Vaqueiros, agricultores e artesãos, esses homens livres tornaram possível a expansão do complexo algodoeiro-pecuário.

rio, numa região onde a escravidão era inviável pela pobreza do meio e relativo desinteresse do Estado colonial. Esse complexo, por sua vez, atuou como pólo incorporador do trabalho livre que se expandiu no século XIX, precocemente, no sertão, a partir da herança rural dos tempos coloniais.

A Colonização pela Pecuária

O Ceará foi colonizado a partir de duas rotas distintas — uma pela costa litorânea, saindo de Pernambuco, em direção ao Maranhão e Pará, outra pelo interior, vinda da Bahia e Pernambuco, compreendendo a região que vai do médio São Francisco até o rio Parnaíba, nos limites do Piauí e do Maranhão.

A colonização se iniciou tardiamente, no século XVII. A estreita faixa de litoral, de ocupação intermitente, servia à extração de madeira, âmbar, algodão nativo, pimenta e criação de animais. Os colonos quase não se interessavam pelas terras da região, de solo arenoso, pouca água e sem matas para o fornecimento de lenha, ou seja, inviável para o empreendimento açucareiro. Economicamente destituída de interesse para a metrópole e politicamente isolada,¹ a capitania permaneceu quase despovoada até meados do século XVII, quando teve início a ocupação pela pecuária.

Foi o processo de separação entre a produção de cana-de-açúcar e a criação de gado que deu impulso à ocupação produtiva das terras do interior nordestino. A conhecida divisão entre as duas atividades, em áreas distintas, levou os fazendeiros da Bahia e de Pernambuco a obterem extensas sesmarias para o estabelecimento de currais fora dos domínios da lavoura, forçando, também, a interiorização por parte dos que não possuíam capital suficiente para a montagem de engenhos. Os criadores de gado foram sendo gradativamente empurrados da costa, das terras mais férteis e dos portos de embarque do açúcar para Portugal, passando a ocupar as terras do sertão.²

1. O Ceará fez parte do Estado do Maranhão e Grão-Pará de 1621 a 1656, passando depois à jurisdição de Pernambuco, como capitania subalterna, até 1799, quando se tornou capitania independente.

2. Os principais estudos sobre a expansão da pecuária nordestina encontram-se em Abreu, Capistrano de, *Capítulos de História Colonial & Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. 5a. ed., Brasília Ed. Universidade de Brasília, 1963. Simonsen Roberto. *História Econômica do Brasil*. 7a. ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977, Prado Júnior, Caio. *História Eco-*

Relegada a uma posição secundária, a pecuária encontrou condições de se expandir nas terras impróprias ao cultivo de cana, na medida em que atendia aos mercados internos, como supridora de carne, animais de transporte e tração e fornecedora de couros e peles. A organização dos currais requeria pouca mão-de-obra e pequeno investimento de capital. As boiadas podiam ser transportadas para os locais de comercialização, superando as largas distâncias e a inexistência de estradas e meios de transporte, que dificultavam o cultivo da cana-de-açúcar no interior, mesmo quando o solo era apropriado. Esses fatores, aliados à grande disponibilidade de terras, ao aumento populacional e ao sistema de "quartiação",³ que abria possibilidades de acumulação aos vaqueiros contratados para administrar as fazendas, explicam a rápida multiplicação dos currais no Ceará e as grandes doações de terras, na segunda metade do século XVIII.⁴

Nas primeiras décadas do século XVIII a pecuária já ocupava extensas faixas de terra, tendo como eixo central a bacia do rio Jaguaribe, no sentido norte-sul, e expandindo-se pelos sertões do Quixeramobim, vale do Cariri, região sul de Fortaleza, chegando ao extremo norte, pelos rios Acaraú e Coareá e ao oeste, nos sertões do Crateús.⁵

Os primeiros sesmeiros acumularam extensas propriedades e concentraram a posse da terra, com a prática de obterem várias "datas" simultaneamente. Muitos, conseguiram dez ou mais concessões de sesmarias, com o que o governo português decidiu estabelecer certos limites, diminuindo progressivamente o tamanho das "datas".⁶

A historiografia sobre a pecuária nordestina considera que, apesar da baixa produtividade e pequena monetarização do sistema, as condições de organização do trabalho facilitaram a

nômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1956 e *Formação do Brasil Contemporâneo*. 3a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1948. Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil* 6a. ed., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964 e Manuel Correia de Andrade. *A terra e o Homem do Nordeste* 3a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1973.

3. Pagamento anual ao vaqueiro em forma de um quarto da produção, ou seja, de cada quatro bezerros nascidos um pertencia ao vaqueiro.

4. Sobre a doação de terras ver Pompeu Sobrinho. *Sesmarias Cearenses — Distribuição Geográfica*. Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, 1971.

5. Girão, Ramundo. *História Econômica do Ceará*. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1947, p. 83-86.

6. Pompeu Sobrinho. *Sesmarias Cearenses*, op. cit., p. 2.

expansão da economia e o crescimento vegetativo da população e dos rebanhos. As fazendas requeriam pouca mão-de-obra, podendo ser administradas por escravos ou agregados contratados, mesmo na ausência do proprietário. Pequenos lotes de terra inaproveitada eram arrendados a posseiros, que trabalhavam em regime familiar ou com alguns agregados, encarregados todos de tarefas semelhantes: campear, ferrear e amansar o gado e tanger as boiadas para os pontos de venda. A alimentação necessária ao sustento e reprodução da força de trabalho era assegurada pela carne, o leite e alguma agricultura de subsistência, farinha principalmente, a cargo de posseiros e rendeiros, onde o solo permitisse.⁷

O vaqueiro: escravo ou homem livre?

Estudos recentes procuram demonstrar que a organização da mão-de-obra nas fazendas de gado teria tido o mesmo caráter escravista das demais atividades produtivas da colônia,⁸ contrariando teses mais antigas, de que o criatório era incompatível com a escravidão, devido à dispersão geográfica, absentismo dos proprietários e fuga freqüente dos escravos.

No entanto, mesmo que as fazendas contassem com plantéis significativos de escravos, afirmativa que necessita de maior comprovação histórica, é inegável a crescente presença de homens livres — brancos, mulatos, mestiços, índios e pretos forros — entre os vaqueiros e auxiliares nos currais.⁹

O autor do *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*, já no final do século XVIII, revela a atração exercida pela pecuária sobre a população pobre e livre, que por essa época aumentara sensivelmente, dobrando o contingente populacional da capitania entre 1775 e 1808:

7. Furtado, Celso. Op. cit., p. 51-61; Andrade, Manuel Correia. Op. cit., cap. V; Prado Júnior, Caio. *História Econômica do Brasil*, op. cit.
8. Ver Goreneder, Jacob. *O Escravismo Colonial*, op. cit., cap. XX. Mott, Luiz R.B. "Estrutura demográfica das fazendas de gado do Piauí colonial: Um caso de povoamento rural centrífugo". *Revista Ciência e Cultura*, v. 30, n.º 10, outubro, São Paulo, 1978, p. 1196-1210.
9. Studart, Guilherme. *Datas e Fatos para a História do Ceará*. Fortaleza, V.I. p. 239-240, Araripe, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. 2a. ed., Fortaleza, Minerva, 1958, Cap. V.

“Em cada uma fazenda destas, não se ocupam mais de dez ou doze escravos, e na falta deles os mulatos, mestiços e pretos forros, raça de que abundam os sertões da Bahia, Pernambuco e Siará, principalmente pelas vizinhanças do rio de S. Francisco. Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura, é muito diferente empregada nas ditas fazendas de gados. Tem a este exercício uma tal inclinação, que procura com empenhos ser nele ocupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, creador, ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles, e sinônimos, com que se distinguem aqueles a cujo cargo está a administração e economia das fazendas.¹⁰

Além da relativa liberdade no trabalho e da atração mítica que começava a ser exercida pela figura do vaqueiro, a perspectiva de alguma acumulação, pela partilha do gado, era um fator determinante para interessar o homem livre e prendê-lo à fazenda, como reconhece o mesmo autor logo a seguir:

“O uso inalterável nos sertões de fazer o vaqueiro sua a quarta parte dos gados que cria, sem poder entrar nessa partilha antes de cinco anos, não só faz que os ditos vaqueiros se interessem como senhores, no bom trato das fazendas; mas faz também que com os gados que lucram, passem a estabelecer novas fazendas. . .

O que nos parece mais relevante nessa questão da presença da escravidão na pecuária não é o peso relativo do segmento escravo e livre mas o fato de que, na pecuária, a escravidão não representou obstáculo à inserção do homem livre, como ocorreu na economia açucareira. Os limites eram impostos, muito mais, por fatores internos à produção, como a pequena absorção de mão-de-obra nas fazendas. Estas, ao mesmo tempo que atraíam a população livre, forçavam-na à ociosidade ou então à busca de outras atividades de subsistência que tornassem possível, de uma forma ou de outra, a sobrevivência.

10. “Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* v. LXII, 1897, p. 88-89.

O crescimento das vilas e da camada de comerciantes

A indústria da charqueada, iniciada por volta de 1720, abriu um novo período na atividade criatória. Pela sua importância para a economia do Ceará, a comercialização da carne salgada em substituição ao gado vivo chega a ser considerada um ciclo próprio, o chamado "ciclo das oficinas".¹¹ As charqueadas se expandiram da foz do rio Jaguaribe para o leste, em direção ao Rio Grande do Norte e, no sentido inverso, rumo ao Piauí, graças à abundância de salinas naturais, e introduziram uma importante diversificação na atividade produtiva, que resultou na separação especial e na divisão do trabalho entre fazendas de criação, oficinas de salga e pontos de comercialização.¹²

A transformação em vila de vários povoados originados pela expansão da pecuária — Icó (1738), Aracati (1748), Sobral (1773), Quixeramobim (1789), é um indicativo do relativo interesse que o governo metropolitano passou a ter pela capitania no final do século XVIII. Através da administração sediada nas vilas, o Estado podia exercer maior controle sobre a mão-de-obra dispersa e levar os "vadios" à produção, bem como viabilizar a captação de recursos, coletando impostos, controlando a atividade produtiva e o comércio.¹³

A vila do Aracati, na foz do rio Jaguaribe, assumiu a função de principal núcleo urbano a partir de 1750, e por ela se faziam as exportações para os portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro. As boiadas transitavam pela bacia do Jaguaribe, subindo e descendo o rio, e a vila era o principal entreposto comercial, distribuindo para o sertão as mercadorias importadas.¹⁴ As vilas sertanejas, por sua vez atuavam como pontos de recebimento do gado e comercialização dos artigos manufaturados, ferramentas e utensílios importados, distribuindo-os às fazendas e povoados mais distantes.

11. Girão, Raimundo. *História Econômica do Ceará*, op. cit., cap. V.

12. Lemenhe, Maria Auxiliadora. *Expansão e Hegemonia Urbana: O caso de Fortaleza*, dissertação de mestrado em Sociologia, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1983, mimeo, p. 24; Girão, Valdelice C. *As Oficinas ou Charqueadas no Ceará*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 1982.

13. Lemenhe, M. Auxiliadora. Op. cit., p. 25-32.

14. Girão, Raimundo. Op. cit., cap. V; Abreu, Capistrano de, Op. cit., p. 144-151.

Poucos núcleos urbanos do século XVIII não são diretamente decorrentes da expansão da pecuária: Aquiraz (1700), primeira sede do governo, Fortaleza (1726), base de ocupação do litoral, e os antigos aldeamentos indígenas, transformados em vila depois da expulsão dos jesuítas: Messejana (1760), Caucaia (1759), Parangaba (1759), Viçosa (1759) e Baturité (1764). Mesmo essas vilas, contudo, subsistiam através da produção e comercialização do gado. Para se ter uma idéia da importância da pecuária, basta dizer que os bens confiscados aos jesuítas, em 1759, consistiam, unicamente, em rebanhos de gado vacum, cavalar e caprino.¹⁵

As funções comerciais urbanas também começaram a se diversificar na segunda metade do século XVIII. Nas vilas e povoados do sertão surgiram os pequenos comerciantes, marchantes, taverneiros, caxeiros, mercadores a retalho e mascates ambulantes, que coexistiam com um reduzido número de grandes negociantes. A economia dependente do mercado interno era forçada a estabelecer relações comerciais tanto com os grandes centros do litoral como com as fazendas e sítios mais distantes do sertão. Segundo Furtado,¹⁶ a comercialização, na pecuária, atuou como fator de redução do isolamento entre as regiões, pois através dela se articulavam as zonas açucareiras e mineiras com o extremo norte e sul da colônia. Também a nível interno da capitania, as trilhas do gado eram as principais formas de contato entre as vilas e lugares, em toda a extensão do território.

É importante ressaltar que a relação de dependência entre as capitanias do litoral e do interior tendia a beneficiar as primeiras, que centralizavam a maior parte da captação do excedente, como bem observou o autor do *Roteiro do Maranhão*, em suas considerações sobre o florescimento do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, onde estabelece as seguintes conclusões:

1. Que as povoações do interior do país sendo dependentes das capitanias da marinha, e tendo com elas comunicação, concorrem para o aumento tanto intensivo como extensivo da povoação, cultura e comércio das capitanias da marinha.

15. "Mapa geral do que produziram as sete vilas e lugares que administravam os jesuítas", documento de 14 de janeiro de 1761. *Coleção Iconográfica*. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Sobre a criação das vilas no Ceará ver: Alencar, Ivaro de. *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará*. Fortaleza, Ateliers Louis, 1903.

16. Furtado, Celso. Op. cit., p. 90.

2. Que sem esta comunicação as capitanias da marinha não excederiam na povoação, cultura e comércio a certos limites; e dentro dos mesmos limites não seriam também povoadas".¹⁷

O comércio do sertão teve importância fundamental no crescimento das vilas e da camada de pequenos comerciantes do litoral, também no Ceará. Aracati, em 1787, contava, por exemplo, com o expressivo número de setenta lojas de mercadorias, para uma população de apenas 2.000 habitantes¹⁸ e em Fortaleza, no final do século, a maioria dos comerciantes eram atacadistas, vendedores para o sertão de gêneros vindos de Pernambuco.¹⁹

A maior parte da comercialização do gado era feita com Pernambuco e sua área de influência, razão pela qual Furtado considera a pecuária uma "projeção da economia açucareira". A existência desse segundo sistema, incluindo a agricultura de alimentos como a mandioca, milho e feijão, teria permitido a extrema especialização da monocultura açucareira, nos períodos de maior demanda do produto pelos mercados europeus. Furtado levanta a hipótese de que, nesses períodos, a economia de subsistência do sertão se monetarizava, o que também é sustentado por Fernando Novais, ao considerar que a mobilização dos fatores de produção na atividade açucareira exportadora abria aos setores de subsistência a possibilidade de se desenvolverem autonomamente.²⁰

Entretanto, essa análise, embora correta, é incompleta para dar conta do desenvolvimento da pecuária, pois deixa de considerar as ligações diretas da economia do sertão com o setor exportador externo, que se dava através da produção de couros e peles.

O couro na economia de exportação

No século XVIII a fabricação do couro adquiriu papel mais importante no comércio colonial, passando a terceiro lugar no

17. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*, op. cit., p. 114.
18. "Relatório do Ouvidor Geral da Comarca do Ceará" in Lima, Abelardo Costa. *Terra Aracatiense*. Fortaleza, Ramos e Pouchain, 1941, p. 64.
19. "Lista dos homens brancos que habitam dentro desta vila da Fortaleza do Ceará". Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 10 do Ceará.
20. Furtado, Celso. Op. cit., Novais, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*, op. cit., p. 96.

valor estimado das exportações.²¹ Seu processamento industrial consistia na preparação de couro bruto do gado, os chamados “couros em cabelo” e de couros curtidos em atanados e em meios de sola.

O estudo da atuação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, (22) que controlou o monopólio no nordeste, de 1759 a 1777, demonstra que o couro ocupou o segundo lugar nas exportações da região, tendo se beneficiado das mesmas facilidades de transporte e isenções de direitos alfandegários que eram dadas à cana-de-açúcar. Entretanto para os produtores espalhados por uma área rural extensa, fluída e desarticulada, onde o nível de produtividade era muito baixo e o capital escasso, essa comercialização trouxe poucas possibilidades de acumulação. Segundo Ribeiro Júnior, o produto era enviado por conta e risco do fabricante, o direito de fabricação era concedido a poucos criadores, os preços eram mantidos nos limites mínimos e o controle de peso e qualidade era dos mais rigorosos. Os comerciantes que faziam a ligação entre os criadores e os centros de beneficiamento também pouco ganharam. Apenas a Companhia apropriou-se dos recursos gerados pela exportação do couro.²³

A participação do Ceará nesse setor é difícil de ser avaliada uma vez que, dada a condição de capitania subalterna, o comércio externo era feito através do porto de Recife. A intermediação de Pernambuco na captação do excedente constituía um fator adicional a limitar a expansão produtiva.²⁴ Além disso, grande parte do comércio era feita por contrabando, prática que beneficiava os chamados “portos livres”, isto é, sem controle direto do monopólio, o que dificultava ainda mais o conhecimento da importância das exportações de couro para a economia cearense nesse período.

21. Simonsen, Roberto. Op. cit., p. 381.

22. Ribeiro Júnior, José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro*, São Paulo, Hucitec, 1976.

23. Idem, ibidem, p. 145-149.

24. Lemenhe, Op. cit., p. 39. No final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX a pecuária passou por um período de crise, que afetou principalmente a indústria da charqueada. A concorrência da carne do Rio Grande do Sul e grandes secas que destruíram os rebanhos foram responsáveis por essa crise. A supressão do monopólio do sal, em 1801, estimulou a indústria do couro e da carne do sul do país, que passou a atrair a maior parte do mercado comprador. Ver: Ellis, Myriam. *O Monopólio do Sal no Estado do Brasil, 1631-1801*, p. 183.

O algodão: gênese das relações de parceria no sertão

A partir de 1780, um novo produto entra no circuito exportador: o algodão.

O algodão nativo, cultivado pelos índios desde o período pré-colonial, fazia parte da economia de subsistência em todo o país, como matéria-prima indispensável na fabricação doméstica de tecidos para os escravos e a população pobre livre e no enfardamento de mercadorias exportadas. Nos séculos XVI e XVII, cronistas como Gandavo, Gabriel Soares de Souza, Jean de Léry e Brandão se referem à plantação, fiação e tecelagem do algodão em várias capitanias.²⁵ No início do século XVII, por exemplo, o algodão era um dos principais produtos de troca no Ceará e Maranhão, no escambo que os franceses estabeleceram com as populações indígenas, antes que os portugueses ocupassem definitivamente o território.²⁶ A comercialização do excedente no mercado interno começou já no século XVI. Fios e rolos de pano de algodão serviram inclusive como moeda, no Maranhão, Piauí e Ceará, constando dos relatórios dos governadores sugestões para o estímulo à fabricação de tecidos, dos quais se podia tirar “não só utilidade para aumento das ditas capitanias, como também rendimento para a fazenda real”.²⁷

25. Gandavo, que escreveu em 1570, informa que além do açúcar, o algodão e o pau-brasil eram os “gêneros de que enriquecem os moradores” de Pernambuco e que na Bahia “os moradores se lançam mais ao algodão que às canas d'assucres porque se dá melhor na terra”. Gandavo, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil e história da Província de Santa Cruz*. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924. Jean de Léry esteve no Brasil em 1557 e observou que o arbusto do algodão crescia em muitos lugares cultivado pelos índios que fiavam e teciam redes. Léry, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo, Martins, 1951. Souza, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil*, 1587. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938. No início do século XVII, Ambrósio Brandão chega a considerar que os algodões “já foram tidos em maior reputação, e deram mais proveito aos que nele tratavam do que de presente dão”. Brandão, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*, 1618. São Paulo, Melhoramentos, 1977.

26. Figueira, Luiz. *Relação do Maranhão*, 1608. *Revista do Ceará*. Tomo XVII, Fortaleza, Tip. Studart, 1903, p. 98.

27. Lima, Heitor Ferreira. *História Política-Econômica e Industrial do Brasil*. Cia. Editora Nacional, 1970 p. 48-49.

A prática de usar novelos de fio de algodão, os nimbós, como moeda, era comum entre os índios do Ceará. A companhia de Comércio de Pernambuco chegou a proibir a circulação dos nimbós, com o que não se conformaram os índios, para os quais o algodão era indispensável. Em 1808, os Tremembés chegaram a apelar ao governador da capitania, pedindo permissão para tornar a usá-los,²⁸ porém não foram atendidos pois o costume contrariava a política indigenista que pretendia diluir os índios no conjunto da população, apagando seus traços distintivos.

O cultivo em larga escala se deu com a entrada do produto no mercado externo, a partir da demanda provocada pelo desenvolvimento da indústria têxtil inglesa. Stanley Stein situa entre 1780 e 1820 o período mais importante de fornecimento de algodão do Brasil à Inglaterra, o qual depois foi suplantado pelo algodão dos Estados Unidos, Egito e Índia.²⁹

O ingresso do algodão no mercado exportador resultou em mudanças na estrutura social e produtiva do Ceará, que apenas se esboçavam na passagem do século XVIII para o XIX.

A adequação ao clima e ao solo, a estrutura pouco complexa e o ciclo vegetativo curto do cultivo facilitaram a multiplicação das plantações, atraindo tanto os grandes produtores, como os médios e pequenos. Ao contrário das fazendas de gado, concentradas em grandes latifúndios, o plantio do algodão permitiu também a expansão da pequena produção, associada à plantação de alimentos, aumentando as alternativas de sobrevivência dos homens pobres livres.³⁰

A agricultura comercial veio acelerar, assim, o processo de formação da reserva de trabalho livre iniciado com a criação de gado. As primeiras grandes plantações parecem ter seguido o modelo dos engenhos de cana-de-açúcar, com forte concentração de escravos. Tollenare encontrou no Ceará algumas plantações de algodão com mais de 300 escravos.³¹ Entretanto, o ciclo vegetativo curto do algodão tornava desvantajoso o emprego do escravo, que ficava ocioso grande parte do tempo. Além disso a colheita exigia vigilância redobrada,

28. Menezes, Luiz Barba Alardo de. *Memórias sobre a Capitania do Ceará, 1814*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. XXXIV, 1871, p. 271.

29. Stein, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979, p. 57.

30. Andrade, Manuel Correa. *Op. cit.*, 101, 150.

31. Tollenare, I.F. de. *Notas Dominicais, 1817*. *Op. cit.*, p. 88.

para evitar o contrabando nos algodoais, prática comum entre os escravos, que usavam ardis e subterfúgios de vários tipos para burlar a vigilância dos produtores.³² Logo se tornou clara a pouca vantagem do emprego de escravos numa região onde aumentava a presença de homens pobres livres, índios, mestiços e pretos forros.

A disponibilidade de mão-de-obra livre, não absorvida pela pecuária e portanto ociosa, e a facilidade da colheita, onde se podia empregar mulheres e crianças, contribuíram para alterar as relações de produção e reduzir o plantel escravo. Foi a agricultura comercial no último quartel do século XVIII, ao que tudo indica, que estimulou a prática dos contratos de parceria e arrendamento, através de formas variadas de trabalho familiar e individual. Arruda Câmara, um dos primeiros grandes proprietários, e estudioso da cultura dos algodoeiros, registra os efeitos da nova atividade:

“Nos anos de 1777 até 1781 animaram-se os povos de uma nova força, então é que se viram os interiores dos sertões mais habitados e cultivados... pois o grande lucro que promete, impele a todos ao trabalho, tirando-os da ociosidade, dá valor às terras que dantes o não tinham, com sumo proveito do proprietário...”³³

Verifica-se provavelmente nesse momento, a introdução da cobrança da renda da terra, definidora das relações de parceria, pelo que se pode apreender da afirmação de Câmara de que “se dá valor as terras que dantes não o tinham”. Henry Koster, grande proprietário de terras em Jaguaribe, algumas décadas mais tarde, também assalariava indígenas e facilitava o estabelecimento de moradores em suas terras, com a condição de trabalharem dois ou três dias por semana,³⁴ adotando a prática da “morada de condição” já difundida na zona açucareira.

A absorção de mão-de-obra livre foi facilitada pelo cultivo conjugado de alimentos no interior da própria unidade produtiva, garantindo, assim, o sustento e reprodução da força de tra-

32. Câmara, Manuel Arruda. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros*. Lisboa, Oficina da Casa Literária do Arco Cego, p. 58-62.

33. Idem, *ibidem*. p. 78.

34. Koster, Henry. *Travels in Brazil*, 1816. Revista da Academia Cearense. v. XII, cap. 7.

balho. Em 1802, o algodão e a mandioca eram apontados pelo governador da capitania como os principais gêneros agrícolas do Ceará, servindo a farinha não apenas à subsistência, mas também à comercialização:

“os gêneros mais cultivados no Ceará são os algodões e a farinha de pau. Estes e a criação de gados, é que fazem os objetos de comércio e riqueza dela; e pelo que respeita ao segundo, como dele se alimentam quotidianamente os povos, fazem avultadas lavouras, exportam o que lhes sobeja assim para os outros lugares do interior da mesma capitania onde o solo não é muito próprio para a cultura deste gênero mas só para as pastagens dos gados”.³⁵

Para a sobrevivência dos moradores, vaqueiros e agricultores, a produção de algodão e de alimentos veio somar-se à fabricação de rapadura e mel dos pequenos engenhos de cana e ao fornecimento de carne e leite que haviam assegurado, até então, o crescimento vegetativo da população sertaneja.

É importante observar que algodão e pecuária não se colocavam como atividades excludentes. Antes, pelo contrário, acomodaram-se uma à outra para formar as bases de um complexo socioeconômico que iria se consolidar no decorrer do século XIX. Ocupação da maior parte das terras produtivas pelos grandes proprietários, formação de uma reserva de força de trabalho livre, cobrança da renda da terra, vinculação dos pequenos produtores ao latifúndio, formas variadas de trabalho individual e familiar, parceria, arrendamento, agricultura de subsistência: eis aí as bases do complexo algodoeiro-pecuário em formação.

Crescimento de População

O aumento da densidade populacional fez-se notar nos primeiros recenseamentos, entre 1775 e 1808, principalmente em Icó, Crato, Viçosa, Sobral e Russas. Ele nos fornece o principal indicativo das mudanças por que passava o Ceará no final do período colonial, quando a população cresce rapidamente, dobrando seu contingente.

35. Ofício do governador Bernardo de Vasconcelos para Lisboa, 31 de março de 1802, Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Caixas do Ceará.

População do Ceará — 1775-1808

Vilas e Povoados*	1775	1808
Fortaleza	3.132	9.624
Aquiraz	3.624	9.527
Aracati	6.889	5.333
Russas	—	10.787
Icó	6.028	17.698
Crato	7.128	11.735
Quixeramobim	2.460	6.515
Tauá	4.548	7.560
Ipu	3.442	7.623
Parangaba	6.070	1.415
Messejana	1.538	1.570
Caucaia	1.388	767
Baturité	—	2.745
Viçosa	4.900	12.104
Pacajus	264	311
Sobral	7.721	14.629
Granja	2.344	4.924
Ibiapina	—	-4.170
Almofala	—	1.011
Totais	61.474	125.878

1775 — Arquivo Histórico Ultramarino, Caixas de Pernambuco, 30 de setembro de 1777.

1808 — Barba Alardo de Menezes, *Memória sobre a Capitania do Ceará*, 1814.

(*) — Denominação atual.

Em 1762, 87% dessa população era constituída de homens livres, segundo mapa do estudo de José Ribeiro Júnior.

A formação do complexo algodoeiro-pecuário

Com a entrada do algodão no circuito exportador, algumas vilas como Icó, Sobral e Crato tiveram sua função mercantil estimulada.³⁶ A grande beneficiária da diversificação econômica viria a ser, porém, a vila de Fortaleza, que se tornaria o principal porto exportador de algodão, embora ainda prevale-

36. Além da Memória do governador Barba Alardo, uma descrição das vilas do Ceará no início do século XIX pode ser encontrada na *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará*, atribuída a Antônio José da Silva Paulet, em 1816, publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. LX, 1897, p. 75-101. Ver ainda Casal, Aires de. *Corografia Brasílica*, 1817. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 219-236.

cesse, por mais algumas décadas, a hegemonia do Aracati nas funções urbanas.³⁷

Entre 1800 e 1820 o algodão se consolidou como principal produto da economia cearense. De acordo com as balanças de comércio de Portugal as quantidades exportadas aumentaram de 768 arrobas, em 1803, para 11.892 arrobas em 1807. A cotação do produto subiu, ao mesmo tempo, no mercado internacional, de 5.120 réis a arroba, em 1803, para 7.680 réis, em 1807. Com isso, o aumento do valor das exportações passou de 3.934,72 réis em 1803 para 91.330,56 réis em 1807.³⁸

As balanças de comércio com Portugal, após 1808, deixam de refletir o real movimento exportador, em virtude das ligações diretas que se estabeleceram entre o Brasil e a Inglaterra e outros países, com a abertura dos portos. Ainda assim, os dados de exportação do Ceará para Portugal, entre 1815 e 1822, são suficientes para demonstrar que o algodão havia se tornado o sustentáculo econômico da capitania.

O valor da arroba no mercado externo continuou a subir, até alcançar a cotação máxima de 9.150 réis, em 1818. Após essa data começaram a cair os preços, que atingiram apenas 5.000 réis a arroba em 1822, indicio do fim desse primeiro período de breve e relativa prosperidade. As quantidades exportadas, entretanto, continuaram altas, mostrando que o esforço produtivo se mantinha, apesar da queda de preços.

Exportação de algodão do Ceará 1815-1822

Ano	Arrobas	Valor anual da arroba
1815	8.208	7.500
1816	7.624	8.000
1817	12.846	-7.200
1818	19.183	9.150
1819	25.443	8.320
1820	1.829	6.800
1821	21.229	6.000
1822	17.536	5.000

M. de Lourdes Aguiar Ribeiro. *As Relações Comerciais entre Portugal e Brasil segundo as "Balanças de Comércio"*, p. 105-107.

37. Lemenhe, M. Auxiliadora. Op. cit., cap. 3.

38. Ribeiro, Maria de Lourdes Roque de Aguiar. *As Relações Comerciais entre Portugal e Brasil segundo as "Balanças de Comércio" 1811-1821*. Lisboa, Imprensa de Coimbra, 1972, p. 104-106.

O aumento da produção indica que um número crescente de agricultores dedicava-se à plantação de algodão, porém a queda dos preços havia aumentado as dificuldades da população mais pobre e destituída, na luta pela sobrevivência

Novos laços de dependência

Nas duas primeiras décadas do século XIX, começaram a surgir formas incipientes de autonomia do Ceará, dentro da região. A diversificação e expansão econômica coincidiram com mudanças na ordem política, definidoras de novas relações de dominação e dependência. O desligamento do Ceará da capitania de Pernambuco, em 1799, e o fim do monopólio português sobre o comércio externo, colocaram o Ceará na órbita direta do domínio mercantil inglês, que se impôs pelo tratado comercial de 1814, segundo o qual a Inglaterra pagava somente 15% de direitos alfandegários nos portos brasileiros.

A separação político-administrativa entre o Ceará e Pernambuco, embora começasse a tornar mais visíveis os conflitos de interesse dentro da região, não eliminou a dependência da economia algodoeira-pecuária em relação ao setor açucareiro. Grande parte das exportações continuaram a ser feitas através do porto do Recife, não só de produtos do Ceará, como do Rio Grande do Norte e da Paraíba. De 1801 a 1822, por exemplo, Pernambuco foi o porto que mandou para Portugal as maiores quantidades de algodão, apesar de ser o Maranhão o principal produtor.³⁹

Os laços de dependência, tanto a nível regional como externo, ficaram reforçados como decorrência das más condições internas da capitania. O fraco desenvolvimento das forças produtivas, a dificuldade das condições de vida, a luta pela sobrevivência nas terras áridas, a destruição dos rebanhos e a migração das populações no período das secas eram os aspectos que mais impressionavam os viajantes estrangeiros que visitaram o Ceará nas primeiras décadas do século XIX. Koster e Tollenare chamavam atenção para as más condições dos portos, a precariedade dos meios de comunicação e transporte, o efeito destruidor das crises climáticas, o quadro geral de pobreza, quando comparavam o Ceará a Pernambuco, Maranhão ou Bahia.⁴⁰

39. Idem, *ibidem*, p. 107.

40. Tollenare, I.F.. *Op. cit.*, p. 119-121. Koster, Henry, *Op. cit.*, cap. 7.

Região de fronteira, de colonização tardia e interesse secundário para a metrópole, o complexo da pecuária e do algodão do sertão se manteve na posição de coadjuvante do sistema até o fim do período colonial, limitado na sua capacidade de acumulação e voltado, em grande parte, para a simples subsistência da sua população.

Esta, por sua vez, buscava constantemente novas formas de sobrevivência, sempre no mercado local e na própria região, dentro dos currais e das fazendas, percorrendo os povoados e vilas sertanejas e instalando-se onde quer que encontrasse trabalho. A indústria rural doméstica era uma dessas possibilidades.

A indústria rural doméstica

A historiografia costuma enfatizar a importância da grande propriedade rural na colônia, bem como seu caráter autárquico, garantidor de uma relativa autonomia. Em decorrência, teria se desenvolvido no interior das fazendas uma indústria doméstica que, somada à produção de alimentos, caracterizava a "plantation" escravista como um misto de economia mercantil e natural.⁴¹ A produção de alimentos e manufaturas caseiras era, portanto, não somente uma alternativa, mas uma necessidade estrutural ou, pelo menos, uma "possibilidade estrutural" da sociedade colonial.⁴²

A política do "pacto colonial" garantia, por outro lado, o suprimento de manufaturados europeus não produzidos internamente. De fato, no período da ocupação holandesa em Pernambuco, por exemplo, "muitos senhores davam-se ao luxo de se alumiar com boas velas holandesas de cera. De se vestirem com os melhores tecidos flamengos, com os mais ricos

41. Os "clássicos" sobre a questão da indústria na colônia são: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, especialmente o cap. II, "Trabalho e Aventura", 9a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1976, p. 12-40 e Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., "Artes e Indústrias", p. 218-225. Fernando Novais e Jacob Gorender, mais recentemente, analisaram as atividades manufatureiras, encontrando-se em Gorender, Op. cit., p. 242-257, uma síntese das características da economia natural na plantagem escravista, que incluía indústrias caseiras como a produção de tecidos, peças de carpintaria, mobília, calçados, edificações, etc.

42. Gorender, Jacob. Op. cit., p. 242-257.

panos de linho, de enfeitar chapéus com as mais bonitas plumas".⁴³

As importações se intensificaram na segunda metade do século XVIII, com a atuação das companhias de comércio, quando o mercado nordestino absorveu grande quantidade de manufaturados europeus através da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba. A relação pesquisada por Ribeiro Júnior é extensa: "compreendia alimentos e bebidas (azeite, aguardente, uvas e farinhas), produtos têxteis (tecidos de seda e algodão dos mais variados tipos), produtos metalúrgicos (desde abotoaduras até painéis, barris e ferramentas), além de diversos outros gêneros como papel, vidro e produtos químicos".⁴⁴ Como medida destinada a desenvolver a indústria de manufaturas em Portugal, aumentou consideravelmente a exportação de tecidos de algodão para o Brasil. No início do século XIX, o reino enviava em quantidades, baetilhas, chitas, cassas, cobertas, cangas, fustão, musselinas, riscados e ainda meias, lenços, saias, etc.⁴⁵

Para a maioria dos historiadores, a indústria rural doméstica na colônia teria permanecido ao nível da produção de valores de uso, para atender à estrutura interna das fazendas, não fazendo parte, com raras exceções, do sistema de troca de mercadorias. Sérgio Buarque de Holanda julga, inclusive, que a indústria caseira teria entravado o comércio e prejudicado a organização dos próprios ofícios artesanais, embora fosse capaz de garantir relativa independência aos proprietários.⁴⁶

Nas fazendas da região algodoeira-pecuária cedo desenvolveu-se uma indústria caseira destinada, de fato, a suprir as necessidades dos moradores e suas famílias, de forma semelhante à agricultura de alimentos. Utilizando processos e equipamentos rudimentares, essa indústria rural doméstica se expandiu incorporada à estrutura de propriedade da terra, com uma função complementar à produção agrária, à qual estava intimamente vinculada.

Numa tentativa de ordenação, é possível distinguir três setores diferenciados, dentro dessa indústria rural doméstica do sertão. O primeiro setor era composto por equipamentos básicos como os engenhos de rapadura e mel, as casas de fa-

43. Mello, José Antônio Gonsalves. *Tempos dos Flamengos*. 2a. ed., Recife, Ed. de Pernambuco, 1979, p. 158-159.

44. Ribeiro Júnior. Op. cit., p. 160-164.

45. Ribeiro, M. de Lourdes. Op. cit., p. 114.

46. Holanda, Sérgio Buarque. Op. cit., p. 27.

rinha, os curtumes e as olarias, que formavam a infra-estrutura da vida material. O segundo era constituído pela fabricação de artigos e objetos de uso diário, como louças, velas, sabão, chapéus, esteiras, calçados, ferraria, mobiliário, utensílios domésticos. Esse setor se desenvolveu em torno das fontes naturais de matéria-prima como as “minas” de barro, as matas de carnaúba e de madeira de vários tipos, couros e peles de veado e da “criação miúda”, os cascos de tartaruga, etc. O terceiro setor era constituído pelas manufaturas, compreendendo a fiação e tecelagem de panos e a confecção de rendas, bordados e labirintos.

Engenhos, casas de farinha, curtumes e olarias

No que diz respeito à organização produtiva, este setor é o que se achava mais intimamente vinculado à produção agrária, tanto em termos da organização do trabalho quanto dos processos e técnicas utilizadas.

As “engenhocas” de rapadura concentravam-se, sobretudo, no vale do Cariri, onde as terras férteis e a abundância de água permitiam a melhor expansão da cana-de-açúcar. Uma memória do início do século XIX relaciona, também, 28 pequenos engenhos em Aquirás e 88 nas serras de Meruóca e Uruburetama. Tratava-se de engenhos bastante rudimentares, de uso dos agricultores livres, em nada sugerindo um empreendimento industrial que impressionasse o viajante:

“...é necessário advertir que tais fábricas nada são, algumas nem um escravo têm, um taxo, dois tambores ao tempo, ou debaixo de uma palhoça é todo o trem”.⁴⁷

As casas de farinha, tão essenciais à sobrevivência quanto os engenhos de rapadura, eram também equipamentos bastante simples. A fabricação da farinha de mandioca, alimento básico da população, constava de cinco operações: raspar, ralar, espremer, peneirar e cozer. Os equipamentos se resumiam a uma roda de ralar, movida por duas pessoas ou, no caso das mais pesadas, tocadas à água ou por cavalos e bois; uma prensa de espremer a mandioca ralada; peneiras chamadas urupembas e o forno de cozer a massa peneirada. As farinhadas eram

47. Paulet, Antonio da Silva. Op. cit., p. 85.

feitas em mutirão, muitas vezes à noite, sendo a tarefa de pe-
neirar quase sempre delegada às crianças. Além da farinha, ti-
rava-se o polvilho, a tapioca e a carimã. Da tapioca, que é o
polvilho cozido, se faziam os beijus, comidos puros ou mistu-
rados ao leite. Da carimã, que é a massa da mandioca puba,
isto é, macerada após alguns dias de molho na água, se faziam
várias qualidades de bolos, garantindo assim uma dieta ali-
mentar bastante variada.⁴⁸

Quanto aos curtumes, também muito rudimentares, embo-
ra destinassem boa parte de sua atividade à produção de cou-
ros e solas de gado vacum para venda, também curtiam cou-
ros miúdos de bezerros e cabras para consumo interno das fa-
zendas. A importância do couro, como matéria-prima básica da
vida no sertão, como já vimos, somente é comparável à do al-
godão. No final do século XVIII, quando a produção algodoeira
já havia alcançado grande expansão, o couro ainda continuava
a ser utilizado em enfardamentos e como vestimenta, levando
um administrador português a observar que “algumas qualida-
des de couros miúdos têm no mesmo sertão aqueles usos que
os panos em outras partes”.⁴⁹ O couro servia também para
a fabricação de mobiliário, cordoaria, armazenamento de líqui-
dos e comestíveis e uma série de outros usos, que Capistra-
no de Abreu descreve, ao se referir à “época do couro”.⁵⁰
O ramo da alfaiataria era um dos mais importantes, fornecen-
do a vestimenta dos vaqueiros, as selas e os arreios de mon-
tarias, enquadrando-se, em parte, no segundo setor, de bens
de consumo diário.

As artes e ofícios do cotidiano

Em relação a esse setor, que também assumia um caráter
doméstico e familiar, os artesãos alternavam seus ofícios com
a agricultura, não se tendo notícia, no período colonial, de uma
separação entre as duas atividades. Entretanto, as manufatu-
ras caseiras implicavam o domínio de técnicas e o uso de
equipamentos especializados, o que as diferenciava da produ-

48. Barros, José Villela. “Memória ou exposição do método de plantar e co-
lher no Brasil a mandioca, e fabricar a sua farinha”. Lisboa, *Memórias
Econômicas da Academia Real de Ciências*, T. VII, 1789, p. 52-72.

49. Documento de 17 de novembro de 1794, Arquivo Histórico Ultramarino,
Caixas do Ceará.

50. Abreu, Capistrano de. Op. cit., p. 147.

ção mais rudimentar do primeiro setor. Além disso, demandavam aprendizagem e especialização em certos ofícios, como é o caso da cerâmica, dos trançados, da arte do couro, da carpintaria e da metalurgia. Surge assim a primeira geração de artesãos e mestres, formados no aprendizado das técnicas artesanais portuguesas e que mais tarde, no século XIX, iria se expandir e constituir as bases da pequena indústria sertaneja, ainda hoje atuante no Ceará.

Não se pode afirmar que essa pequena camada de mestres e oficiais especializados, no Ceará colonial, fosse independente nem que vivesse do trabalho exclusivo de suas oficinas. O mais provável é que complementasse seu ofício com a atividade agrícola, a nível individual ou familiar, em virtude da estreiteza da vida urbana. Mesmo assim, parece que alguns viviam exclusivamente do seu ofício nos povoados, pois há algumas referências aos mestres de ofício nos registros das câmaras das vilas, onde, aliás, se reclama muito a sua falta e necessidade.

Grande parte dos ofícios foi introduzida pelos jesuítas, nas aldeias indígenas, na primeira metade do século XVIII. Em Baturité, antiga aldeia missionária, por exemplo, havia, em 1788, 20 artesãos para uma população de 1.177 índios e somente 22 brancos, sendo 11 artesãos brancos e pardos e 9 índios, os quais exerciam os ofícios de carpinteiro, ferreiro, sapateiro, pedreiro e ourives.⁵¹ Nas oficinas da Companhia eram fabricados anzóis, facas, machados, foices, enxadas e outros utensílios.

Há registros de artífices brancos também em pequeno número, em Fortaleza e Aracati. A aplicação da legislação corporativa em vigor nos grandes centros urbanos, foi tentada no século XVIII, como forma de atrair mão-de-obra branca especializada para as vilas do sertão. Tentativas sem muito êxito, pelo que se pode depreender do reduzido número de oficiais licenciados em Fortaleza. Em 1800, a vila contava apenas com cinco carapinas e um alfaiate brancos.⁵²

Outros ramos, como a fabricação de velas, sabão, móveis, chapéus e calçados também aparecem nos documentos da época. Destaca-se, nessa pequena produção doméstica, a arte da palha de carnaúba, um dos elementos básicos da cul-

51. "Mapa dos Casaes, Pessoas Livres e Oficiais de vários ofícios da Vila de montemor-o-Novo, 1788". Arquivo Histórico Ultramarino, Caixas do Ceará.

52. Lista dos homens brancos que habitam dentro desta vila de Fortaleza do Ceará, 1800. Arquivo Histórico Ultramarino, Caixas do Ceará.

tura material indígena. Os índios paiaçu, do litoral leste, onde são abundantes as matas de carnaúba, parecem ter sido os que mais desenvolveram o artesanato das cestarias e dos trançados, principalmente em Aquirás e no Aracati. Os paiaçu eram reconhecidos e cobiçados pelos colonos brancos, pelas excelentes esteiras que faziam,⁵³ tendo sido talvez essa uma das causas de sua rápida dispersão, ocorrida nas zonas dos carnaubais, apesar das tentativas da administração portuguesa em mantê-los aldeados. A extração da cera de carnaúba é citada pela primeira vez em 1783, pelo capitão-mor Azevedo de Montauray, que remeteu a Lisboa uma coleção de produtos da indústria cearense.⁵⁴ Poucos anos depois, o botânico Arruda Câmara descreveu o uso da cera e sua forma de extração, ainda não conhecida em Lisboa, bem como o emprego da palha para fazer chapéus e esteiras.⁵⁵

As manufaturas de algodão e o trabalho indígena organizado

As manufaturas de algodão, por suas características, representam uma categoria à parte no contexto da indústria rural doméstica colonial.

A produção têxtil incluía a fiação do algodão, a tecelagem de panos e redes e a confecção de rendas, labirintos e bordados e expandiu-se inicialmente empregando mão-de-obra indígena feminina, sob controle e treinamento dos jesuítas, espalhando-se depois por todo o sertão, como atividade essencial das mulheres.

Valendo-se de práticas antigas dos índios no cultivo e fiação do algodão e na tecelagem de redes de dormir, que já serviam ao escambo com os franceses antes mesmo da colonização portuguesa da costa cearense,⁵⁶ os jesuítas organizaram

53. Menezes, Luiz Barba Alardo. *Op. cit.*, p. 264.

54. "Relação de João Batista de Azevedo Montauray a Martinho de Mello e Castro de caixas com produção da capitania", 25 de outubro de 1784. Arquivo Histórico Ultramarino, Caixas do Ceará.

55. Girão, Raimundo. *História Econômica do Ceará*, *op. cit.*, p. 373-374. Ver também Dennis, Johnson. *A Carnaubeira e seu papel como Planta Econômica*. Universidade da Califórnia, ed. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1972.

56. Diz o autor da Relação do Maranhão de 1608: "O sertão é muito grande e tem infinidade de gentio... (as amazonas) são guerreiras e caçadoras e engenhosas de mãos para fazerem redes muito lavradas e também seus arcos são todos pintados...", Figueira, Luiz. *Op. cit.*, p. 98.

o trabalho têxtil e a confecção de rendas e bordados nos aldeamentos, como forma eficaz de “redução” dos índios e uso da mão-de-obra para atender às necessidades da Igreja.

A jurisdição das aldeias, regulada pela “visita” de Antônio Vieira, entre 1658 e 1661, trazia um item especial sobre os tecelões, revelador de sua importância para o sucesso dos propósitos das missões e da eficácia da organização do trabalho indígena no artesanato:

“Tecelões. Como sua Majestade foi servido, em carta sua, conceder que haja tecelões nas Aldeias, podem já os Padres Missionários consecutivamente mandar fiar também algumas índias *ad proprios usus*, sem estrondo ou causa, que lhes faça opressão, principalmente as mulheres pertencentes aos 25 casais, que Sua Majestade concede, e também algumas outras, sendo necessário, para os ornatos das igrejas, ou também para cobrir a desnudez das que novamente se descem dos sertões, e podem os missionários exortar a todos os índios, particularmente aos novamente descidos dos sertões, a que fiem, e façam para si, e ganhem por todas as vias, o pano necessário para se cobrirem decentemente, e enquanto for possível se evite o intolerável abuso e miséria de irem as mulheres à igreja totalmente despidas”.⁵⁷

Além do uso mais imediato dos panos para os índios se “cobrirem decentemente”, destaca-se nesse documento, a fabricação “para os ornatos das igrejas”, dos labirintos e rendas, tão conhecidos no artesanato cearense, cuja introdução costuma ser atribuída às mulheres brancas de origem portuguesa. Na verdade, as técnicas da confecção de rendas foram ensinadas primeiramente às índias, nos aldeamentos, para que fizessem as toalhas e outros ornamentos dos altares e só depois é que esse ofício se generalizou, registrando-se em cada casa a presença da almofada de fazer renda.

Fiar, tecer e coser era a principal tarefa das meninas nas oficinas das aldeias e nas fazendas de gado da Companhia, enquanto aos rapazes se ensinava a ler, escrever e dominar algum ofício. Na coleção iconográfica do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa encontram-se amostras de rendas de bilro e

57. Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. II, op. cit., p. 111.

de labirintos simples e de ponto cheio, recolhidos em 1760 nas aldeias do Ceará, por ocasião do confisco dos bens dos jesuítas.⁵⁸ Por essa época havia, nas sete aldeias confiscadas, Viçosa, Messejana, Caucaia, Baturité, Parangaba, Estremoz e Arez, 621 rapazes na escola, 40 rapazes aprendendo vários ofícios e 302 moças aprendendo a fiar, tecer e coser, em uma população de 10.588 índios.⁵⁹

A tecelagem de panos e redes formava o ramo mais importante do trabalho artesanal indígena. Mão-de-obra compulsória da Companhia, o trabalho das índias-tecelãs foi objeto de conflito permanente entre a Igreja, moradores, colonos e administradores locais. Os litígios refletiam-se na legislação do reino, que inicialmente procurava reforçar o poder da Igreja. Várias ordens régias do século XVII proibiam que a população branca retirasse índias das aldeias, sob pretexto de fiar algodão. Uma ordem de 1683 dirigia-se especialmente aos soldados:

“...quando eles quiserem algodão fiado para suas redes o entreguem aos missionários que lhe mandarão fiar e que as índias, salvo caso de exceção, só possam ser contratadas para amas de leite”.⁶⁰

As manufaturas de algodão difundiram-se rapidamente como atividade doméstica feminina por toda a capitania e de tal forma que, no final do século XVIII, depois da expulsão dos jesuítas já se perdera o registro de sua origem indígena nas aldeias. Na Relação de Montaury são incluídas amostras de renda de linha de algodão e bordados, “tudo feito por pessoa curiosa e sem princípios de arte”, cujo principal mérito residia em ser feito por “natural engenho” das mulheres do sertão:

“o dito bordado que é feito em cambraia e a renda que orla o mesmo bordado tem por merecimento o ser feito por umas mulheres velhas desta mesma terra, e da qual nunca saíram, e vivem no mais interior sertão desta capitania em que nasceram, que só por natural engenho, sem outro qualquer princípio

58. “Mapa geral do que produziram as sete vilas e lugares...”, 14 de janeiro de 1761. Coleção Iconográfica, Arquivo Histórico Ultramarino.

59. As vilas de Estremoz e Arez pertenciam ao Rio Grande do Norte e não ao Ceará.

60. Studart, Guilherme. *Datas e Fatos para a História do Ceará*, op. cit. v. I documento de 24 de abril de 1683.

de instrução ou arte trabalham dessa forma com a curiosidade de que assinalada a ramagem, ou configuração do bordado designado por anil, que serve para o configurar em lugar do lápis, desfiam os fios da cambrã, tirando uns que lhe servem para fazer o assento, ou ponto do bordado da forma que se vê; e os outros os torcem e ficam parecendo ponto de Merlin”.

A mercantilização do artesanato

É difícil avaliar até que ponto a indústria rural doméstica, destinada à subsistência do grupo familiar e a suprir as necessidades da vida quotidiana, colocava no mercado o excedente de sua produção. Entretanto, a comercialização pode ter sido maior do que se supõe, a julgar pelas descrições dos mercados e feiras locais, o que nos obriga a rever o modelo apresentado pela historiografia clássica, de uma produção voltada apenas para valores de uso.

Na verdade, a propalada autonomia das fazendas de gado deve ser relativizada, pois em certas zonas do sertão a aridez do solo tornava impraticável a plantação de alimentos, forçando os moradores a se abastecerem nas feiras e mercados dos povoados, que se desenvolveram rapidamente e passaram a vender também os artigos manufaturados.

Muitos cronistas e administradores surpreenderam-se com a escassez dos gêneros e a necessidade do abastecimento externo. Em algumas partes da capitania, queixa-se Paulet, em 1816, “. . . grande parte do tempo consome-se em jornadas por estradas de vilas aonde é necessário levar absolutamente tudo o que não é carne de vaca e farinha. . .”.⁶¹ Em Icó, por exemplo, a farinha e a rapadura vinham do Crato⁶² e em sua feira, das mais movimentadas, vendiam-se melões, melancias, abóboras, limas e laranias trazidas de longe, porque os arredores secos nada produziam.

Louças, velas, panos e redes, sabão, cestos de palha de carnaúba, baús de madeira, peças de casco de tartaruga, calçados eram também vendidos, provavelmente pelos próprios artesãos, nas vilas e povoados, além da produção de farinha, rapadura, mel, da aguardente, da carne seca e do sal. A praça

61. Paulet, Antonio da Silva. Op. cit., p. 100.

62. Casal, Aires. Op. cit., p. 239.

do mercado de Aracati, a mais movimentada, era assim descrita, ao tempo de Paulet:

“este edifício tinha em seu interior um largo pátio, que era circundado de 30 a 40 compartimentos, onde se vendia frutas, verduras, louças e outros muitos objetos que aí se procuram e duas bancas no centro para a venda do peixe”.⁶³

O movimento comercial de Aracati, consistia, em grande parte, na troca de mercadorias produzidas no litoral e distribuídas entre praças distantes do sertão e vice-versa:

“...grande parte desses carregamentos eram destinados ao Icó, São Bernardo e outros lugares do centro, donde vinha igualmente algodão, couro, sola, a cera de carnaúba e outros artefatos dessa planta como chapéus, esteiras, palhas, etc.”⁶⁴

Apesar das longas distâncias, do isolamento das fazendas e da incipiência da vida produtiva, as próprias condições de povoamento pelo criatório extensivo, transumância do gado e seu transporte para venda no litoral, haviam criado caminhos e trilhas de circulação de mercadorias de todo o tipo pelo interior, que favoreciam a expansão do mercado interno, para abastecimento da população local, e criavam condições para uma maior divisão do trabalho e emprego de mão-de-obra livre, que constituía a grande maioria da população.

O trabalho livre como base dos modos de vida do sertão

Em que condições se deu a expansão do trabalho livre artesanal num meio pobre como esse? Furtado levanta certas hipóteses para a região da monocultura açucareira, que podem servir de ponto de partida para uma reflexão sobre o tema. Segundo o autor, a economia açucareira, nos períodos de crise, sofria redução na renda monetária, sendo forçada a abastecer-se localmente, substituindo artigos importados por outros de fabricação local. Esse mecanismo teria dado lugar a uma maior divisão do trabalho no interior das fazendas e à expansão do

63. Carreira, Liberato de Castro. “Retificação à Descrição da Capitania do Ceará por A. J. da Silva Paulet”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. LX, 1897, p. 115.

64. Idem, *ibidem*. p. 117.

artesanato, com a utilização do couro como principal matéria-prima.⁶⁵

Tomando como correta essa análise e levando em conta o fato de que a capacidade para importar na região algodoeira-pecuária era bem menor do que na açucareira, é de se supor que a necessidade de manufaturas fabricadas localmente possibilitou as maiores condições de expansão da camada artesanal.

A fragilidade da economia e a baixa renda monetária impunham sérios limites ao consumo de bens importados. No interior das fazendas e nos aglomerados urbanos do sertão os modos de vida eram bastante simples. As diferenças sociais não apareciam na vida cotidiana, com a força equivalente às dos sobrados e mocambos dos grandes centros litorâneos, nem equivalem as enormes distâncias entre casa grande e senzala, dos engenhos de cana. Assim, é de se supor que não só as famílias dos vaqueiros e agricultores pobres consumiam as manufaturas caseiras, mas também as camadas mais abastadas da população.

As descrições do botânico Gardner, que percorreu o Ceará em 1835, podem dar uma idéia de precariedade dos modos de vida no sertão, nas primeiras décadas do século XIX. A viagem era difícil, cheia de percalços, freqüentemente interrompida pelas chuvas que duravam dias ou pelo sol abrasador, que impedia o trajeto durante grande parte do dia. A dormida, havendo sorte, era feita nos alpendres das casas fora das vilas, onde os viajantes armavam suas redes, com permissão do proprietário. Grande parte da viagem tinha que ser feita por caminhos sem nenhuma moradia, onde o único abrigo eram as copas das grandes árvores. Alimentando-se de charque, farinha e rapadura, o naturalista inglês se sentiu aliviado ao chegar ao vale do Cariri, onde encontrou nas feiras as primeiras frutas frescas. Na vila do Crato, onde permaneceu por quase cinco meses, a gente influente do lugar o recebeu em suas casas, as senhoras dos comerciantes sentadas em esteiras ou redes:

“Impossível descrever o deleite que senti ao entrar nesse distrito, comparativamente rico e risonho depois de marchar mais de trezentas milhas através de uma região que naquela estação era pouco melhor que um deserto.

A tarde era das mais belas que me lembra ter visto com o sol a sumir-se em grande esplendor por trás

65. Furtado, Celso. Op. cit., p. 61-62.

de Serra de Ararape, longa cadeia de montanhas a cerca de uma légua para este da vila ao frescor da região parece tirar nos seus raios o ardor que pouco antes do poente é tão opressivo ao viajante nas terras baixas.

A beleza da noite, a docura revigorante da atmosfera, a riqueza da paisagem tão diferente de quanto havia pouco houvera visto tudo tendia a gerar uma exultação do espírito, que só experimenta o amante da nautreza, e que em vão eu desejava fosse duradoura, porque me sentia não só em harmonia comigo mesmo, mas 'em paz com tudo em torno'.

Já escurecera quando entrei na vila, mas logo encontrei a casa de um respeitável comerciante, o senhor Francisco Dias Azede e Melo, a quem levava cartas de apresentação. Fui introduzido na sala de visitas, onde me encontrei no meio de uma dúzia de senhoras, todas sentadas sobre esteiras no soalho, e entre elas a dona da casa que, como de costume, me encheu de perguntas a respeito de mim mesmo e de minha pátria. Notei que as visitantes tinham vindo dar-lhe os pêsames pela perda do sogro que falecera na véspera.

Embora nas casas mais respeitáveis do sertão, como lhe chamam no interior do país, se vejam cadeiras na sala de visitas raramente são usadas, porque as mulheres preferem a rede, da qual só se arredam à hora das refeições. Na rede, como na esteira, sentam-se com as pernas cruzadas por baixo e aí passam o dia fumando, comendo doces e bebendo água fria. Suspende-se a rede à altura de um pé e meio do solo, servindo assim de sofá, por vezes mais de uma pessoa se vê sentada na mesma rede. À noite preferem-na comumente como leito, por ser muito mais fresca, como pode atestar quem, como eu, por mais de três anos raramente dormiu em outra cama. Fazem-se geralmente de uma espécie de algodão encorpado, tecido pelos próprios habitantes e são brancos, ou branco e azul, sendo esta última cor obtida de uma espécie de anileira muito abundante nas vizinhanças. São sempre mais largas do que compridas, podendo assim a gente deitar-se nelas transversalmente e, portanto mais horizontalmente do que se fossem estreitas. Tem ainda a vantagem de não

precisar de outras roupas de cama, além de um cobertor fino no tempo fresco ou um lençol no calor" 66

Podemos avaliar, a partir dessa descrição, como o trabalho livre teve importância fundamental no desenvolvimento da formação social do sertão, na medida em que tornou possível a sobrevivência da população destituída e a reprodução da força de trabalho a baixo custo, e permitiu a disseminação e expansão do complexo algodoeiro-pecuário e seus modos de vida.

A rusticidade dos costumes, a precariedade dos meios de subsistência e as dificuldades do cotidiano que eram comuns a toda a população pobre e livre, forçavam a busca de formas variadas de trabalho e sobrevivência. Vaqueiros, agricultores e artesãos, esses homens livres formaram a base do complexo algodoeiro-pecuário, numa região onde a escravidão era precocemente minoritária, pela própria pobreza do meio. Nos séculos XIX e XX esse complexo iria se expandir e incorporar crescentemente esse contingente de mão-de-obra, formado a partir da herança rural dos tempos coloniais. Seus desdobramentos constituem até os dias atuais, fontes fundamentais para a compreensão da vida e da sociedade sertaneja do Nordeste.

66. Gardner. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1975, p. 92-93.